

9h às 10h30

Painel 7 - O Novo Marco Legal da Lei de Acesso à Biodiversidade

O painel discutirá os principais aspectos da atual legislação, inclusive sua interação com o sistema de proteção à propriedade intelectual, e as expectativas da indústria com relação a sua aplicação.

Painel 8 - Inovações Legislativas e Aspectos Práticos no Uso de Mediação e Arbitragem em PI

Especialistas debatem as questões mais polêmicas e com impactos diretos na resolução de conflito de PI, que decorrem do Novo Código de Processo Civil, das Leis de Arbitragem e de Mediação. O painel trás ainda a experiência norte-americana na resolução de conflitos.

Painel 9 - Gestão de Compliance: Evitando o Desvio de Ativos Intangíveis

Representantes da Indústria e

de Instituições de Pesquisa trarão experiências práticas que permitirão uma visão ampla e a atualizada sobre como lidar com ativos intangíveis e como protegê-los

Painel 10 |- Marco Civil da Internet

O painel debaterá aspectos mais relevantes do Marco Civil da Internet e de sua regulamentação, incluindo sua abrangência no que tange ao respeito aos direitos de propriedade intelectual envolvidos no conteúdo das informações disponibilizadas na rede.

11h às 12h30

Painel 11 - Streaming - A Extensão da Proteção do Direito de Autor na Execução Pública de Obras Musicais

A mesa trará informações atualizadas sobre o debate acerca dos diferentes entendimentos do tema e o posicionamento que vem sendo adotado pelos Tribunais a esse respeito.

Painel 12 | Biossimilares - Características e Patentabilidade

Especialistas apresentarão informações atuais sobre pesquisa e desenvolvimento, comercialização e resultados alcançados com o uso de biossimilares, trazendo sua visão e experiência sobre esse tipo de medicamento biológicos e seus principais desafios.

Painel 13 - Proteção do Design em face da Popularização da Impressão 3D

Os palestrantes tratarão de exemplos de como situações de infração de patentes e registros de desenho industrial já estão sendo tratados no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos.

Painel 14 |-Esportes, Direitos de Transmissão & Propriedade Intelectual

Questões como exclusividade de transmissão, direito de acesso à conteúdo para fins jornalísticos e os valores a título de remuneração aos participantes do evento serão temas discutidos por profissionais dessa área.

14h30 às 16h

Plenária III
A Transferência de Tecnologia no Contexto dos Incentivos à Inovação

Representantes de diferentes segmentos da Indústria falarão sobre suas experiências a respeito dos entraves e desafios para lidar com contratos de transferência de tecnologia no Brasil e suas expectativas para que se possa criar um cenário mais profícuo.

16h30 às 18h

Plenária IV
A Exclusão de Proteção de Expressões de Uso Comum no Registro de Marca - a prática no Brasil e no Mundo

A sessão falará sobre os impactos da nova Resolução que suspende a ressalva específica a termos de uso comum que integram determinadas marcas. E trará uma visão de como a exceção de proteção marcária de termos de uso comum é tratada em outro países.



O INPI como agência reguladora e com autonomia financeira

Transformar o INPI em agência reguladora, com autonomia financeira, foi uma das propostas apresentadas pelo presidente do INPI, Luiz Pimentel, para solucionar problemas operacionais, como o backlog, e dar mais agilidade à autarquia "Talvez tenhamos que elevar o status do INPI para agência reguladora, com mandato regular dos dirigentes", disse, durante sua apresentação na plenária "20 anos da LPI - seu Legado e Resultados Positivos para a Efetiva Proteção da Propriedade Industrial". Pimentel chegou a citar o Artigo 239, do Código de Propriedade Industrial, da Lei 9.279/96, que permite ao Executivo dar autonomia financeira ao órgão.

Ao apresentar um balanço das duas décadas de vigência da legislação de PI, Pimentel assinalou que houve expressivo aumento, junto ao INPI, de pedidos de registros de marcas, patentes, desenhos industriais, programas de computador e indicações geográficas. "Infelizmente, não tivemos o equivalente aumento no número de examinadores", disse ao acrescentar que, por outro lado, as despesas da autarquia aumentaram sem o equivalente crescimento da receita.

Backlog domina o debate sobre a lei de PI

A questão do backlog - estoque de pedidos, principalmente de patentes, para análise no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI - predominou nos debates, ontem, na primeira Plenária do XXXVI Congresso de Propriedade Intelectual, sob o tema "20 anos da LPI - seu Legado e Resultados Positivos para a Efetiva Proteção da Propriedade Industrial". A mesa foi coordenada pela presidente da ABPI, Maria Carmen de Souza Brito, com participações do presidente do INPI, Luiz Pimentel; do gerente executivo de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria - CNI, João Emílio Padovan Gonçalves; e do desembargador Alexandre Alves Lazzarini, do Tribunal de Justi-

ça de São Paulo. A solução mais plausível para reduzir significativamente este o backlog, segundo o presidente do INPI, não é outra senão o aumento do número de examinadores. Atualmente são ao todo 240 examinadores para um backlog de 220 mil patentes.

Houve consenso de que, embora suporte pequenos ajustes, a Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/96) tem sido um eficiente instrumento para proteger os ativos de Propriedade Industrial. "Os problemas são mais de regulação", afirma Maria Carmen de Souza Brito. "Concordamos com a ABPI", disse o representante da CNI. "Os questionamentos da lei são de natureza setorial".

ABPI
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

XXXVII
CONGRESSO INTERNACIONAL
DA PROPRIEDADE INTELECTUAL DA ABPI
INTERNATIONAL CONGRESS ON INTELLECTUAL PROPERTY - ABPI

20 A 22 DE AGOSTO DE 2017
AUGUST 20 TO 22, 2017
RIO DE JANEIRO - BRASIL

Informações: www.abpi.org.br

SÓCIOS INSTITUCIONAIS / INSTITUTIONAL MEMBERS

PLATINA / PLATINUM: DANNEMANN SIEMSEN BIGLER & IPANEMA MOREIRA, INTERFARMA, MONSANTO, BHERING ADVOGADOS, Di Biasi PARENTE E ASSOCIADOS, Kasznar Leonards PROPRIEDADE INTELECTUAL

PRATA / SILVER: DANIEL, Microsoft, MIPA, ANDEF, Anbima, Fialho & Schmidt, DN DAVID DO NASCIMENTO, GUSMÃO & LABRUNIE

OURO / GOLDEN

BRONZE

Brasil: 10º lugar da inovação

“Definitivamente, a patente é considerada como mecanismo de proteção da inovação e do ambiente estratégico de negócios do país”, afirmou André Ferrarese, Diretor da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras - ANPEI, durante o painel “A Proteção da Inovação como Ferramenta Eficaz para Competitividade no Cenário Econômico Mundial”, ontem, durante o XXXVI Congresso Internacional da ABPI, na capital paulista.

Com 31 mil patentes registradas a cada ano, o Brasil ostenta o 10º lugar no ranking mundial da inovação, número bem menor do que a China e Estados Unidos, que registram, respectivamente, 900 mil e 600 mil patentes anuais. No entanto, ao contrário de eco-

nomias mais desenvolvidas, menos de 15% das patentes do País são efetivamente registradas por brasileiros.

Segundo o Diretor da ANPEI, a maioria dos depósitos de patentes registradas em economias menos dependentes, como China, Japão e Coreia, é de residentes. Nos EUA, 50% destes depósitos são feitos por americanos e/ou empresas americanas. No Brasil dos 31 mil depósitos só 4,6 mil referem-se a residentes no País.

José Claudio Terra, Diretor de Inovação da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira – Albert Einstein, afirmou que o cenário da atual Coreia foi planejado a longo de anos, tendo o país investido em educação de base e em ensino médio, para depois cuidar das universidades e, muitos anos depois, da

Combate à pirataria em parceria com escritórios

Para que o combate à pirataria no Rio se tornasse uma ação efetiva com resultados reconhecidos nacional e internacionalmente, a Delegada Valéria de Aragão Sádio, titular da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Propriedade Imaterial do RJ, desenvolveu um longo trabalho em parceria com escritórios que atuam na área de propriedade intelectual, segundo contou, ontem, no painel “O Avanço da Pirataria no Brasil: Consequências, Estratégias & Soluções”. “Fazemos operações aleatórias constantemente e, muitas vezes, no mesmo lugar”, diz ela, ao destacar a ação pré-Olimpí-

ada, que apreendeu mais de 4 mil itens ilegais.

Segundo Eduardo Ribeiro Augusto, presidente da comissão de Combate à Pirataria da OAB, enquanto o Brasil dispõe de cerca de 3 mil fiscais nas aduanas brasileiras, EUA e Alemanha possuem 20 e 40 mil, respectivamente. “De dez contêineres que entram no Brasil, apenas um é aberto”, disse.

Participou também do painel Richard Atkinson, diretor senior global da área de Conversão de Pirataria na Adobe Systems, com a moderação de José Henrique Vasi Werner, do escritório Dannemann Siemsen Bigler & Ipanema Moreira.



inovação. “Patente não licenciada pode ser apenas custo”, afirmou.

A plenária contou ainda com a participação de Raphaela Gomes, Gerente jurídica da Raízen Energia, Tim Loomis – Vice Presidente & Assessoria Jurídica, política de Propriedade Intelectual da Qualcomm Incorporated, e com a moderação de Antonella Carminatti, do escritório BMA – Barbosa Müssnich Aragão.

Ataques digitais são ameaças ao meio empresarial

Ao abordar “Questões práticas de segurança digital no recebimento e armazenamento de informações confidenciais”, o palestrante José Carlos Silva Neto, da CERMOB Tecnologia, enfatizou o risco iminente dos ataques digitais a dados sigilosos. “A insegurança no meio digital é enorme”, disse, em painel sobre “O Direito Regulatório e de PI e seu impacto no ambiente comercial”, no âmbito do XXXVI Congresso da ABPI.

Em mesa integrada ainda por Sinclair Davidson, da RMIT University, mediada por Rodrigo Ouro Preto, do Ouro Preto Advogados, citou relatório do TCU de 2014, mostrando que a vulnerabilidade das informações deve-se a falhas na continuidade do negócio (80%), controle de acesso (70%), na gestão de incidentes (75%) e de segurança da informação (75%).

A ressurreição de uma marca

O valor – intangível - de uma marca pode salvar uma empresa em processo de recuperação judicial, preservar os empregos e reinseri-la no mercado, desde que tenha seu registro atualizado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, o INPI. Há dois meses, depois de um processo que se arrastou durante anos, as Casas Brasileiras ganharam na Justiça o direito de revalidar junto ao INPI a marca Mappin, pela qual haviam arrematado por R\$ 5 milhões.

“Os ativos intangíveis, de alto valor, precisam ser protegidos”, diz Alberto Luis Camelier da Silva, que valendo-se de dispositivos previstos na legislação garantiu a sobrevivência da marca Mappin, a despeito da falência da empresa. Ao lado do Desembargador Francisco Loureiro, do Tribunal de Justiça de São Paulo, relator do processo de falência do Mappin, de Marcos Chucralla Moherdau Blasi e de Aires Vigo, Camelier participou, ontem, do debate sobre “A preservação dos ativos intangíveis na Lei de Recuperação e Falência”.

Confraternização



Ao final dos trabalhos do dia, os congressistas participaram do tradicional jantar de confraternização, no Restaurante L'Atelier, localizado no lobby do hotel patrocinado pelos escritórios de PI.



Mediação cresce como método de resolução de conflitos

A mediação como método de resolução de conflitos tem crescido de importância em segmentos empresariais onde se buscam soluções eficientes, rápidas e acessíveis. “É uma atividade exercida por um terceiro imparcial sem poder decisório, que auxilia as partes e as estimula a identificar soluções consensuais para a controvérsia”, explicou, ontem, Claudia Grosman, Diretora da Câmara de Mediação da ABPI, durante o workshop I - Mediação Simulada de um caso Prático de Franquia, durante o Congresso da ABPI.

Foi a primeira vez que o congresso se utilizou de workshop

para demonstrar, mediante dramatização, a técnica e o procedimento de mediação aplicada a um caso prático de franquia. A simulação teve como mediadores Karin Klempf Franco, do Rothmann Sperling Padovan Duarte Advogados; e Rodrigo Azevedo, do Silveiro Advogados. Como franqueador, atuou Candida Caffé, do escritório Dannemann Siemsen; e como franqueado Sandra Brandão, do BOG Advogados, sendo representada pelos advogados Wilson Pinheiro Jabur, do escritório Salusse, Marangoni, Leite, Parente, Jabour, Klug e Perillier; e Marcelo Inglez de Souza, do Demarest Advogados.

INPI estuda parcerias com o Prosul

O INPI está estudando parcerias com a China, Japão, Europa e países do Prosul – Brasil, Argentina, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai - para acelerar o exame de pedidos de patentes, informou, ontem, Júlio César Castelo Branco Reis Moreira, Diretor de patentes do INPI, em sua apresentação no painel “Medidas para Aceleração de Exame de Patentes no Brasil e no Mundo”, durante o segundo dia do XXXVI Congresso Internacional de Propriedade Industrial da ABPI.

O acúmulo de pedidos, porém, não é problema exclusivo do Brasil. Para o advogado Raj Acharya,

do Acharya, o backlog ocorre em países em desenvolvimento porque todos querem fazer o depósito de patentes nesses países. Na Índia, o tempo médio para uma resposta é de 31 meses.

Foi investindo na área de TI e na criação de certificações digitais, conta Acharya, que a Índia ganhou mais agilidade na análise de pedidos de patentes. Além de Acharya e Moreira, participaram do painel: Michael Wieser, do Winter, Brandl, Furniss Polt Partnerschaft; Rachel Pioloff, do Hauptman Hamm, LLP, sob moderação de Rana Gosain, do Daniel Advogados.

